

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Goiânia, 15 de outubro de 2020.
Ao
Instituto federal de Educação do Paraná

Att.
Comissão de licitação

Dados Pregão eletrônico 28/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23411.0012672/2019-40
Órgão Instituto Federal de Educação do Paraná
Objeto Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviços de tratamento e isolamento acústico para dois estúdios de gravação audiovisual, necessários para atender a demanda da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná - IFPR.
Empresa Licitante Isolacustic Soluções Acústicas LTDA.
CNPJ 26.337.208/0001-94
Endereço Rua 1012, unidade 101, lote 04 sala 02, Parque Atheneu, CEP: 74.893-640
Goiânia – GO, Fone: 62 – 3273.0212 – E-mail: contato@isolacustic.com

A Empresa ISOLACUSTIC SOLUÇÕES ACÚSTICAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 26.337.208/0001-94, estabelecida na Rua 1012, unidade 101, lote 04, sala 02, Parque Atheneu, CEP: 74.893-640, Goiânia – GO, Fone: 62 – 3273.0212 – E-mail: contato@isolacustic.com, por meio de seu representante legal, ADRIEL MARCOS MONTEIRO, brasileiro, empresário, RG nº 5861456 – SSP/GO, CPF nº 046.199.911-04, residente e domiciliado em Goiânia – GO, vem à presença desta Douta Comissão, INTERPOR RECURSO ADMINISITRATIVO ao Resultado da Habilitação Preliminar Do Pregão eletrônico – Edital nº 28/2020 - Processo Administrativo nº 23411.0012672/2019-40 do Instituto de Educação Federal do Paraná.

I - TEMPESTIVIDADE E ADMISSIBILIDADE

A Lei nº 8.666/93 prevê que se pode apresentar Recurso Administrativo até 05 (cinco) dias úteis contados da lavratura da Ata da Sessão Pública, tendo a sido este procedimento feito perante o IFPR.

Lei nº 8.666/93

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
a) habilitação ou inabilitação do licitante;
b) julgamento das propostas;”
“Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

No que diz respeito à admissibilidade, observa-se que estando presentes os requisitos de endereçamento e fundamentação, este Pedido encontra amparo na legislação federal e normativos do ente fiscalizador.

II – DOS FATOS

A Empresa Isolacustic, participando do Pregão Eletrônico nº 28/2020 - Processo Administrativo nº 23411.0012672/2019-40 do IFPR, participou da sessão, na qual foi habilitada a empresa DACAN CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ 31.525.825/0001-53.

Em sendo assim, passa-se à fundamentação para o presente Recurso.

III – ITENS A SEREM ANALISADOS

III.A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ENVIADO PELA LICITANTE E ADMISSIBILIDADE DO LICITANTE NO OBJETO DA LICITAÇÃO

O item 4.1 do edital traz:

4.1 : Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

Mediante o exposto no edital e em observância ao ramo de atividade da empresa DACAN CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, não encontramos compatibilidade entre as atividades exercidas pela empresa com a solicitada no objeto, no qual traz:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviços de tratamento e isolamento acústico para dois estúdios de gravação audiovisual, necessários para atender a demanda da Diretoria de Educação a Distância do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

Os serviços exercidos pela empresa conforme cartão CNPJ são:

43.99-1-03 - Obras de alvenaria (atividade econômica principal)
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção

Ora, não encontramos nenhuma compatibilidade das atividades exercidas pela empresa com o objeto, na qual apenas empresas com o CNAE 43.29-1-05 - Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração estariam habilitadas a participar da licitação, fato este que a habilitação da empresa DACAN CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA contraria o Art 3º da Lei 8666/93 no que diz respeito a princípio da vinculação ao instrumento convocatório, Esse princípio vem para determinar que o edital deve ser obedecido. Ou seja, o que está escrito no edital deve ser respeitado.

Nas demais habilitações solicitadas em edital, temos abaixo as situações por nós observadas:

ITEM DESCRIÇÃO SITUAÇÃO
HABILITAÇÃO JURÍDICA CONTRATO SOCIAL SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA CARTÃO CNPJ SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.
CND FEDERAL CONFORME ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, FOI DITO PELO PREGOEIRO: Para DACAN CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - Sr. fornecedor, em razão de pendências quanto a regularidade fiscal - verificou-se a ausência da certidão de tributos federais, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis, conforme item 9.14. do Edital, uma vez que a empresa está enquadrada no Inciso II, Art. 3º, da Lei Complementar 123/2006. O prazo de regularização expira em 15/10/2020.
CND FGTS SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.
CND JUSTIÇA DO TRABALHO SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.
INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.
CND MUNICIPAL SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA CND FALÊNCIA/CONCORDATA DE ACORDO.
BALANÇO PATRIMONIAL SOLICITAMOS VISTAS POIS NÃO TIVEMOS ACESSO OU NÃO FOI ENVIADO.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA CRQ CREA PJ DE ACORDO.
CAPAC. TÉCNICA OPERACIONAL NÃO ATENDE O EDITAL
CAPAC. TÉCNICA PROFISSIONAL NÃO ATENDE O EDITAL
COMPROVANTE DE VÍNCULO PROFISSIONAL DE ACORDO.
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA DE ACORDO.
DECLARAÇÃO PLENO CONHECIMENTO DE ACORDO.

ANEXOS ANEXO V - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE ACORDO.
ANEXO VI - COMPOSIÇÃO DO BDI DE ACORDO.
ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO ENVIADO EM BRANCO
ANEXO VIII- ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA DE ACORDO.
ANEXO IX - INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO DE ACORDO.
ANEXO X - DECLARAÇÃO DE EMPRESA ME, EPP OU COOPERATIVA DE ACORDO.

IV– DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL, E ANEXO VII CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO conforme solicitado no Edital, pontuaremos essas questões que já são fato, e aguardamos vistas dos demais documentos que foram teoricamente disponibilizados via SICAF. É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento que deveria integrar a documentação pertinente à habilitação. Ocorreu que, no que acompanhamos via chat no compranet a seguinte afirmação do pregoeiro:

“Para DACAN CONSTRUCOES CIVIS LTDA - Sr. fornecedor, em razão de pendências quanto a regularidade fiscal - verificou-se a ausência da certidão de tributos federais, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis, conforme item 9.14. do Edital, uma vez que a empresa está enquadrada no Inciso II, Art. 3º, da Lei Complementar 123/2006. O prazo de regularização expira em 15/10/2020.”

Ora, tal aceitação de um documento que deveria compor a documentação de habilitação ser enviado após o certame de forma extemporânea viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório (art. 3º, da Lei nº 8666/93). Aliás, o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, deixa patente a impossibilidade de ser incluído documento posteriormente à fase apropriada. No artigo 43 da lei complementar 123/2006 diz:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Na questão dos atestados de capacidade técnica operacional e profissional, salientamos que os atestados enviados NÃO atendem ao solicitado no edital, antes foram inseridos apenas título de “atestado acústico”, mas que em seu conteúdo nada, absolutamente nada diz respeito ao solicitado no edital. Salientamos também o envio de CAT de registro de atesto, sem nenhum teor de documentação, sem atender em nada os requisitos do edital, mas uma vez apenas comprovando a impossibilidade de a empresa executar os serviços licitados.

EDITAL
9.11.2. Quanto à Capacidade técnico-operacional: comprovação por intermédio de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração em nome da licitante, expedida por contratante, pessoa jurídica de direito público ou privado (que não a própria licitante) devidamente acervado no CREA e/ou CAU, que comprove que o licitante já tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, atividades semelhantes às do objeto deste Termo de Referência, sendo exigida a comprovação mínima da elaboração dos seguintes projetos:

9.11.2.1. Execução de construção ou reforma acústica, em edificação comercial ou institucional, compatível com o objeto licitado, com no mínimo 150m² de área total construída.

9.11.2.2. Não serão aceitas somatórias de áreas em diversos atestados.
9.11.3. Capacidade técnico-profissional: comprovação da licitante de possuir em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo CREA e/ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) nos respectivos conselhos da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal

estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, atividades semelhantes às do objeto deste Termo de Referência, sendo exigida a comprovação da elaboração dos seguintes projetos:

9.11.3.1. Execução de construção ou reforma acústica, em edificação comercial ou institucional, compatível com o objeto licitado, com no mínimo 150m² de área total construída;

9.11.3.1.1. Comprovação dos serviços requeridos para a qualificação profissional e operacional podem estar em atestados distintos, desde que a quantidade mínima requerida para estes serviços estejam em um único atestado. (Exigências amparadas pela Súmula 263/2011 - TCU e Acórdão 1.052/2012 - TCU Plenário);

9.11.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Conforme exposto acima, o edital traz com muita clareza os requisitos de habilitação técnica, onde a licitante apenas apresentou ART, atestados e CAT sem nenhuma ligação com o objeto licitado, levando a falsa alusão de que a quantidade de documentos elencados gere algum atendimento aos requisitos edifícios.

Como também exposto explanamos que a planilha de cronograma físico financeiro foi enviada em branco, discordando do solicitado em edital para pleno entendimento da proposta apresentada.

V – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa DACAN CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA , inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Goiânia, 14 de outubro de 2020

ADRIEL M. MONTEIRO - REPRESENTANTE LEGAL ISOLACUSTIC SOLUÇÕES ACÚSTICAS LTDA.

Fechar